

Cultura e tradição camponesa

Manuel Correia de Andrade

Como citar: ANDRADE, M. C. Cultura e tradição camponesa. *In:* KOSMINSKY, E. V. (org.). **Agruras e prazeres de uma de uma pesquisadora:** ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 113-124. DOI:
<https://doi.org/10.36311/1999.978-85-86738-08-5.p113-124>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CULTURA E TRADIÇÃO CAMPONESA

*Manuel Correia de Andrade*¹

Camponês e campesinato

A expressão camponês, em sua acepção geral, é largamente usada para designar uma pessoa ou um grupo de pessoas que vive em áreas rurais, exercendo profissionalmente atividades ligadas ao campo, estando pouco ligado à vida urbana. Este termo é usado nas mais diversas regiões do mundo e nas línguas mais diversas, ora como *countryman* em inglês, *paysan* em francês, *moujik* em russo, *campesino* em espanhol etc; a partir daí, fala-se em lutas camponesas, em reivindicações camponesas, em comunidade camponesa etc.² No Brasil, a expressão espanhola *campesino* vem tendo grande divulgação e se aportuguesando.

Em Ciências Sociais, porém, este termo é usado de forma mais restrita. Com ele se procura caracterizar os vários tipos que vivem no campo e que muitas vezes não trabalham diretamente a terra. Numerosos autores não consideram camponeses os chamados povos primitivos que ainda não atingiram o estágio da atividade agrícola, vivendo da caça, da pesca e da coleta, como algumas tribos indígenas brasileiras mais atrasadas que vivem isoladas da civilização branca, como os ianomamis. Não se podendo dizer o mesmo dos indígenas do México, do Peru, da Bolívia e da América Central, onde formam verdadeiras

¹ Historiador e Geógrafo, Presidente da Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

² BRUNET, R., FERRAS, R., THERY. *Les mots de la géographie: dictionnaire critique*. Paris: Reclus — La Documentation Française, 1992, p.340.

comunidades de agricultores e possuem uma consciência étnica bastante sedimentada.

Não se pode também chamar de camponeses aos grandes e médios proprietários rurais que exploram as próprias terras, em função do mercado, e aos comerciantes rurais que vivem em povoados e vilas, assim como aos profissionais ligados às áreas de serviços e que vivem no campo, embora inteiramente integrados, do ponto de vista cultural, à vida urbana.

Durante muitos anos os estudiosos da sociedade, no Brasil, evitaram usar o termo camponês alegando que o mesmo só era encontrado em sociedades em que os agricultores se dedicavam à produção para o consumo, vivendo inteiramente ausentes das preocupações com o mercado de venda da produção. Os geógrafos humanos, por exemplo, não admitiam o uso do termo e procuravam semelhanças entre o agricultor pobre brasileiro e o aldeão francês – a França durante muito tempo serviu de modelo para os estudiosos brasileiros – mas, como estas semelhanças não existiam, não havia camponês no Brasil. Alguns sociólogos, porém, usavam o termo, sobretudo quando este se referia a pequenos produtores agrícolas, proprietários, arrendatários ou meeiros, comparando-os com os chamados servos da gleba do feudalismo europeu, no sentido de distingui-los dos trabalhadores rurais assalariados. O termo camponês só passou a ser usado com mais frequência nos meados do século XX, quando os agricultores de Pernambuco organizaram uma associação – as chamadas Ligas Camponesas – e se auto-intitularam de camponeses.³ A partir daí, generalizou-se o uso dessa expressão e, até mais recentemente, a de camponesinos.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, em estudo mais aprofundado, procura conceituar o camponês⁴ e esclarecer que especialistas mais renomados não aceitam como tais os povos primitivos que vivem inteiramente isolados das cidades e os trabalhadores rurais assalariados. A partir do pensamento desta

³ JULIÃO, F. *O que são as ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963; ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem do Nordeste*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986. p. 215-18.

⁴ PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 23 e 25.

antropóloga paulista, procuraremos levantar alguns problemas sobre o camponês e o campesinato no Brasil.

A formação do campesinato no Brasil

No caso brasileiro, em uma sociedade patriarcal, nos períodos colonial e imperial, já se encontrava um germe de campesinato girando em torno da classe senhorial e se sobrepondo aos escravos. Estes, sendo propriedade privada, dos senhores, não poderiam ser considerados como camponeses; mas a existência do campesinato colonial foi testemunhada por cronistas e viajantes que aqui estiveram e percorreram o país em várias direções. Ainda no século XVI, Fernão Cardim,⁵ ao descrever a região açucareira de Pernambuco, salientava a existência, à sombra dos canaviais, de numerosas e diversificadas culturas feitas por homens livres em terras alheias ou em pequenas porções de terra próprias, visando ao auto-abastecimento e a venda para as vilas, povoações e aos próprios engenhos. Eram numerosos os portugueses que chegavam ao Brasil sem dispor de recursos, de crédito ou de prestígio para montar engenhos, passando a viver de pequenas atividades agrícolas em áreas mais distantes dos engenhos, em terras que ocupavam ou em terras de proprietários. As áreas desfavoráveis à cultura da cana-de-açúcar, como as de solos silicosos, chamados de tabuleiros, eram aproveitadas para a cultura da mandioca e de outros tubérculos, além de fruteiras, que eram vendidos no Recife e em centros menores.

Estes agricultores, que seriam o germe de um campesinato no Nordeste, compreendiam os lavradores de cana que a moíam nos engenhos, mediante um percentual na produção, e os foreiros que viviam em áreas mais distantes da sede do engenho, cultivando lavouras de subsistência, sobretudo a mandioca, para o sustento familiar e para a venda, pagando ao proprietário da terra o uso do *sítio*, seja com dias de trabalho seja com um aluguel em dinheiro, chamado geralmente de foro.

⁵ CARDIM, F. *Tratado da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.

Ao lado destes, havia ainda os chamados moradores, aqueles que viviam em terras dos proprietários, prestando aos mesmos alguns dias semanais de serviços e explorando, com o auxílio da mão-de-obra familiar, o *sítio* onde produziam alimentos. Na região açucareira nordestina, o *sítio* tem duas acepções: ou a de uma pequena área em uma grande propriedade explorada por um morador, ou a de uma pequena propriedade explorada pelo proprietário.

Em áreas menos apropriadas à cultura canavieira, quer pelas condições edáficas quer por problemas de localização, as propriedades, primitivamente, eram subdivididas entre os filhos dos proprietários, por força da sucessão hereditária, transformando-se em área de pequenos produtores, onde havia, no período colonial, pequenos engenhos rapadureiros ou produtores de cachaça ao lado de uma atividade policultora. Observava-se, aí, a presença da cana, mas ela estava desprovida de seu prestígio imperial, como diria Gilberto Freyre,⁶ por se igualar às plantações mais modestas, como a mandioca, o milho e as fruteiras.

Nos séculos XVII e XVIII, no agreste e no sertão nordestinos, sobretudo nos chamados *brejos* e nas *serras frescas*, havia, nessas manchas úmidas, uma atividade agrícola para o atendimento do mercado local, só vindo a abrir-se ao mercado regional e nacional no século XIX, com o desenvolvimento da cultura do café.⁷

Nas áreas mais distantes, depois que os índios foram afastados de suas antigas terras, moradores que penetraram para o interior por razões as mais diversas desenvolveram atividades agrícolas policultoras e de criação de pequenos animais e até mesmo atividades artesanais, fazendo seus próprios móveis e tecendo suas próprias roupas e redes com o algodão que cultivavam. Havia, desse modo, uma cultura algodoeira feita pelos próprios produtores para o seu consumo, ao lado de uma agricultura algodoeira feita em larga escala, com auxílio do braço escravo, para exportação.

⁶ FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

⁷ ANDRADE, M. C. de. *Nordeste: alternativas agrícolas*. Campinas: Papirus, s.d.

As atividades camponesas tiveram grande importância em São Paulo, nos primeiros séculos da colonização, quando, ante a distância da Europa, a então capitania de São Vicente, não tendo condições de competir com a produção açucareira baiana e pernambucana, desenvolveu-se muito com o surto da mineração nas Gerais, onde se concentrou uma grande população que se dedicava à exploração mineral, nos então chamados Sertões das Gerais. Esta atividade teve grande importância na região das minas, até o período em que a mineração entrou em decadência e se desenvolveu o surto cafeeiro no vale do Paraíba.

Não se podem esquecer também as atividades agrícolas camponesas, durante o período colonial e imperial, desenvolvidas por escravos fugidos ao cativo e organizados em quilombos. No Quilombo de Palmares, o maior deles, autores que na época o visitaram, admitem que os escravos desenvolviam roças para suprir a alimentação da população ali concentrada, de forma semelhante ao que ocorria na África. O mesmo sistema de organização agrícola seria desenvolvido pelos *cabanos* durante a revolução de negros, mulatos e indígenas, que dominaram na área da Mata e do Agreste de Pernambuco e Alagoas, quando, entre 1831 e 1836, organizaram roçados no interior das matas, a fim de alimentar a população que lhes era favorável, sem que as forças legais pudessem atingi-los.⁸

Organizações comunitárias negras se mantiveram, em alguns pontos, isoladas e organizadas até quase os dias atuais, como ocorreu em Castainho, Garanhuns,⁹ dentro de padrões endogâmicos e tradicionais. Só recentemente é que o desenvolvimento dos transportes e a abertura de estradas vêm atingindo essas áreas e desorganizando as comunidades, que são, em grande parte, dissolvidas pela presença de estranhos.

O campesinato ganharia maior importância depois da imigração de agricultores para o Brasil, organizada pelo Governo português, com a localização de açorianos no Sul do país,¹⁰ e, em seguida, já no início do período

⁸ ANDRADE, M. C. de. *A guerra dos cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

⁹ MONTEIRO, A. de Q. *Castainho: etnografia de um bairro rural de negros*. Recife: Massangana, 1985.

¹⁰ CABRAL, O. *Os açorianos*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

imperial, com a fundação de colônias suíças em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Medida que foi seguida pelo Governo imperial, após a independência, visando estimular a ocupação do espaço, com a criação de colônias de pequenos proprietários, inicialmente alemães – no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina –, e em seguida, de italianos em várias das então províncias brasileiras. A análise da aculturação destes colonos no Brasil vem sendo feita por numerosos cientistas sociais, dentre os quais podemos destacar o antropólogo Emilio Willems¹¹ e o geógrafo Leo Waibel.¹²

Havia uma grande diferença entre os imigrantes que vinham ser pequenos proprietários e aqueles que vinham como colonos para ser utilizados como mão-de-obra nos cafezais, em substituição ao braço escravo. Contudo, uns e outros contribuíram para a formação de um campesinato, embora com características e interesses nem sempre convergentes; nas colônias eles se tornavam pequenos proprietários das terras em que cultivavam lavouras de mantimentos, já nos cafezais, eles trabalhavam a terra mas não eram donos, dando origem ao chamado colonato.¹³ No primeiro caso, a propriedade da terra fixou melhor o colono nesta, enquanto, no segundo, ele ou se transformou em assalariado agrícola ou migrou para a cidade.

No século XIX, o contingente de camponeses já era expressivo, o que provocava constantes atritos entre os pequenos agricultores e os proprietários de terra. Ao ser feita a abolição da escravatura, em 1888, este contingente foi muito ampliado com os libertos, que, se viram entre três alternativas: migrar para a cidade e viver de atividades não especializadas; permanecer nos engenhos e fazendas tornando-se moradores e assalariados ou, nas áreas menos povoadas, como o Maranhão, formar comunidades e viver em uma economia de autoconsumo.

Para alguns estudiosos, a abolição contribuiu para a formação de uma *sociedade* camponesa no Brasil. Concordamos mais uma vez com Maria

¹¹ WILLEMS, E. *A aculturação de alemães no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946.

¹² WAIBEL, L. *Geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

¹³ VIOTTI, E. *Da senzala à colônia*. São Paulo: DIFEL, 1986.

Isaura Pereira de Queiroz,¹⁴ quando ela condena esta expressão, de vez que não haveria uma sociedade camponesa em uma sociedade patriarcal; pensamos que, no máximo, se poderia falar em uma *brecha* camponesa numa sociedade em transição do patriarcalismo para o capitalismo.

O desenvolvimento capitalista e o campesinato

Uma das características do campesinato, era o relativo isolamento em que o camponês vivia; habitando lugares distantes e de difícil acesso, ele costumava dedicar-se à policultura cultivando os produtos básicos para a sua alimentação e vendendo os excedentes nos mercados mais próximos, vilas e pequenas cidades. Para levar parte destes excedentes a centros maiores ou mais distantes, ele dispunha de intermediários, que eram pequenos comerciantes ou outros camponeses que dispunham de animais ou veículos e adquiriam dos companheiros a produção para comercializá-la nas vilas e cidades. Estes intermediários, como salienta Maria Isaura Pereira de Queiroz, muitas vezes ascendiam economicamente e tendiam, gradativamente, a passar de agricultores a comerciantes.

Ao estudarmos o agreste e o sertão nordestinos¹⁵ salientamos a grande importância desses intermediários que costumavam emprestar dinheiro a juros elevados, adquirir a produção, antes da colheita, por preços baixos, e armazená-la durante a safra, quando a oferta era grande e os preços baixavam, para vendê-la na entressafra, quando a demanda crescia e os preços se elevavam. No Nordeste, estes intermediários eram pessoas de classe média e alta, proprietários e comerciantes abastados, ou pessoas humildes, antigos agricultores. Havia uma relação estreita entre uns e outros, de vez que os primeiros se estabeleciam em cidades ou em vilas próximas com seus armazéns e os últimos viviam no campo, mantendo os padrões sociais camponeses e faziam a compra da produção de forma pulverizada, em pequenas porções, em relações diretas com os produtores.

¹⁴ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1973, p. 30-1.

¹⁵ ANDRADE, M. C. de., op. cit., 1986. p.133-47, 162-82, 190-94.

Os padrões culturais, hábitos, crenças, costumes eram bem característicos do meio rural, podendo-se distinguir facilmente o habitante do campo do habitante da cidade. Daí generalizar-se a idéia errada entre a população urbana, de que o homem do campo era grosseiro, sujo, mal-educado, ingênuo, e usar para com eles certos termos, de forma pejorativa, como o de *matuto* no Nordeste ou o de *caipira* em São Paulo. Também quando o camponês, nos estados do Sul do Brasil, era de origem luso-brasileira, chamavam-no de *pelo duro*. O *pelo duro* se contrapunha ao alemão, ao italiano, ao polaco etc.

O Brasil é um país em ritmo acelerado de modernização; com o crescimento capitalista vem se desenvolvendo uma rede de estruturas facilitando os transportes e as comunicações. A facilidade de acesso às informações, com o uso do rádio de pilha e da televisão, fez com que certos hábitos e valores interioranos fossem se deteriorando e passassem a desaparecer, influenciados pelos hábitos e costumes urbanos. Festas urbanas, como o carnaval, passaram a ter grande aceitação no meio rural, havendo convergência de camponeses para as cidades e vilas próximas às suas residências nos dias dedicados a Momo. E o carnaval se tornou uma atividade altamente remunerativa para os habitantes das cidades que, em muitas regiões do país, passaram a repeti-lo durante o ano em micaremas e micaretas.

Festa popular, típica do Nordeste, o São João, que era um evento eminentemente rural, passou a ser estilizado e desenvolvido em cidades médias, como Caruaru e Campina Grande, onde se desenrolam festas típicas com fantasias populares, ao sabor dos velhos costumes *matutos* com música típica e comidas regionais feitas de milho. E as estilizadas festas juninas entram para os calendários turísticos oficiais, se prolongam por todo o mês de junho e canalizam para os centros festivos grandes grupos turísticos, tanto da região como de áreas mais distantes.

Os meios de comunicação levam ao camponês, ao homem do campo, os problemas urbanos, pondo em choque valores tradicionais que estavam cristalizados, há séculos, na mentalidade popular. Os programas televisivos, por exemplo, trazem maior liberação dos costumes, das relações familiares, uma revolução nas formas de vestir, de alimentar-se e acentuam os diversos tipos de

violência; modificam também a maneira de falar, uniformizando o linguajar e fazendo desaparecer expressões do português arcaico, já abandonadas no meio urbano, mas ainda utilizadas no meio rural.

A facilidade de transportes também provocou um grande impacto; hoje, com o acesso fácil aos pontos mais distantes do país, os camponeses se expandem geograficamente. Em certos períodos, houve migrações sazonais, fazendo com que cortadores de cana oriundos da Bahia e da Paraíba se deslocassem para São Paulo durante a colheita paulista, e voltassem ao Nordeste, no *verão* nordestino, quando a cana era cortada e moída.¹⁶ A diferença da época de safra entre o Sudeste e o Nordeste fazia com que antigas migrações regionais se transformassem em migrações nacionais. Não é de estranhar, porque os colhedores de trigo italianos já faziam, na primeira metade do século, migrações internacionais entre a Itália e a Argentina, sendo chamados de andorinhas.

Estas migrações exercem um grande impacto sobre o mundo camponês, de vez que o migrante, dialeticamente, conserva certos hábitos, costumes e crenças, mas, ao mesmo tempo, recebe influências que modificam estes valores; e, ao regressar ao lar, traz a marca destas transformações, provocando uma aproximação cada vez maior entre o rural e o urbano.

Um outro impacto capitalista à vida camponesa é representado pela inserção do camponês no mercado. O desenvolvimento das comunicações leva ao habitante do campo informações sobre os produtos comercializados nas cidades e o desejo de diversificar o seu consumo. Para adquirir estes produtos o camponês necessita obter dinheiro e, conseqüentemente, produzir para a venda, levando-o a procurar expandir os produtos destinados à comercialização em detrimento daqueles para o autoconsumo. Isto leva o agricultor também a procurar trabalho nos períodos em que tem disponibilidade de tempo, nas cidades e vilas próximas ou em outras propriedades, fazendo que se integre, após alguns anos, na agricultura comercial. E com esta integração vêm novas solicitações pessoais

¹⁶ ANDRADE, M. C. de. *Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas*. Recife: SUDENE, 1982. p. 117-68.

e profissionais, a compra de *cidas*, de adubos, de máquinas etc, colocando-o no ciclo do crédito que muitas vezes lhes é desfavorável.

Não se pode negar que as políticas governamentais agrícolas são sempre destinadas a beneficiar os grandes e médios empresários, tanto em conseqüência do poder de pressão e da conivência dos técnicos e administradores que legitimam esta atitude com um discurso que a justifica, como em função da defesa da economia de escala e da melhor qualificação tecnológica da grande lavoura. Há uma tendência no país, bastante acentuada após 1964, a uma concentração tanto da produção agrícola como da propriedade da terra. Da produção, porque os proprietários passaram a administrar toda a propriedade, utilizando mão-de-obra assalariada, fazendo desaparecer a agricultura de parceiros e arrendatários que foram desalojados dos seus sítios; da propriedade da terra porque os grandes grupos econômicos vêm conseguindo obter grandes porções de terra nas áreas em ocupação, nas chamadas frentes de expansão, localizadas no Centro Oeste, na Amazônia e no Maranhão, ou adquirir, por preços baixos, terras nas próprias áreas tradicionalmente ocupadas.

Políticas de financiamento da cana-de-açúcar, sobretudo como o PROÁLCOOL, e de expansão da pecuarização, contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento do latifúndio capitalista moderno, bem mais espoliador e poderoso do que o capitalismo tradicional dos coronéis.

Outra forma de destruição da vida camponesa é provocada pela migração feita para as cidades, onde grande quantidade de trabalhadores se desruralizam sem adquirir o hábito e a habilitação do trabalhador urbano, passando a formar populações marginalizadas que vivem de trabalhos esporádicos ou de atividades ilegais nos centros urbanos de maior expressão populacional; há também os que migram para as áreas em ocupação e se tornam posseiros, lutando pela propriedade ou apenas pela posse da terra que pretendem cultivar dentro dos padrões que lhes são familiares. Estes, porém, são tolerados enquanto desbravam as áreas de floresta, enfrentando todos os perigos, e depois são desapropriados pelos grandes empresários, proletarizando-se ou transformando-se em coletadores de produtos florestais ou em garimpeiros.

São, assim, muito negras as perspectivas para o camponês brasileiro sempre em processo de empobrecimento, de expropriação, de desruralização e de desaculturação, até certo ponto patrocinado pelo poder público a serviço das elites econômicas. Esse processo só poderia ser detido com a realização de uma reforma agrária que descentralizasse a propriedade da terra e fosse acompanhada de política agrária que favorecesse e organizasse a pequena produção rural. Só com uma forte reorientação da política agrária poderão ser realizadas transformações no campo que permitam o encaminhamento da produção camponesa ao mercado em condições de competitividade – e o cooperativismo é uma das opções – e a participação do camponês na vida moderna, respeitando-se e mantendo-se algumas de suas características culturais.

Em uma visão sã, a modernidade e a modernização não devem ser encaradas apenas como opções de uma maior utilização tecnológica em benefício de grupos econômicos e sociais, mas sobretudo como o caminho para, utilizando a tecnologia, oferecer à população melhores condições de vida. Modernizar não é apenas transformar, como querem alguns grupos que se beneficiam da modernização, mas transformar para melhor. E na transformação para melhor, o camponês deve ser não apenas objeto, mas também sujeito desta modernização.